



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 44/2022

Período: 26/11/2022 - 02/12/2022

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Silêncio de Bolsonaro em cerimônia militar contrasta com expressões do militarismo no país
- 2- Entrevistado aponta dois desafios do novo governo na área de Defesa e Forças Armadas
- 3- Jornalista traçou paralelo entre o apoio ao golpe militar de 1964 e os protestos após as eleições de 2022
- 4- Exército prevê contrato de R\$ 5 bilhões para compra de veículos blindados
- 5- Transição na área de Defesa continua a desafiar novo governo
- 6- Defensoria Pública da União recomenda que novo governo revise política de militarização de escolas
- 7- Movimento suprapartidário pediu simplificação do processo de requisição de dispensa do alistamento militar obrigatório
- 8- Alto Comando do Exército poderá punir militares da ativa por assinarem texto anônimo em apoio a atos antidemocráticos

1- Silêncio de Bolsonaro em cerimônia militar contrasta com expressões do militarismo no país

Em reportagem, os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo* noticiaram a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro, em cerimônia de formatura de aspirantes a oficial-general na Academia Militar das Agulhas Negras, na cidade de Resende, no Rio de Janeiro, ocorrida em 26/11/2022. Os jornais salientaram que, diferentemente dos anos anteriores de seu mandato, o presidente não discursou. A *Folha* reportou que também estavam presentes na cerimônia o vice-presidente, Antônio Hamilton Martins Mourão, e os ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, general Luiz Eduardo Ramos, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, e da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. Durante a formatura, o discurso do comandante do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, fez menção ao presidente e às ideias centrais de sua campanha política: “Deus, pátria, família e liberdade”. Além disso, a *Folha* ressaltou que Bolsonaro tem sido criticado por politizar as Forças Armadas e instrumentalizá-las em momentos de crise. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Janio de Freitas criticou o posicionamento dos comandantes das três Forças, general Freire Gomes (Exército), almirante Almir Garnier Santos (Marinha) e tenente-

brigadeiro Carlos Carlos de Almeida Baptista Junior (Aeronáutica), em razão da nota conjunta em que endossaram os atos antidemocráticos que estão ocorrendo em diversos locais do país, tal como em frente a prédios de instituições militares. Também reprovou o posicionamento dúbio do ministro da Defesa em relação à lisura do processo eleitoral, mesmo quando os especialistas do Exército já tinham atestado a inexistência de qualquer falha nas urnas eletrônicas. O jornalista classificou tais expressões como parte do “bolsonarismo militar” e avaliou que atualmente tal movimento reforça sinais da “persistência antidemocrática”. Também em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Vinicius Sassine ressaltou que se os protestos em frente a instituições militares já duram mais de um mês, certamente contam com a conivência de membros das Forças Armadas, como é o caso do Comando Militar da Amazônia, onde o general Achilles Furlan Neto admitiu que a fachada principal de entrada ao prédio fosse ocupada por barracas improvisadas em que os manifestantes instalaram até cozinha e banheiros químicos. De acordo com Sassine, além de expressarem paranoia e informações faltas, os protestos escancaram “[...] o pouco apreço de militares à democracia e às regras do jogo, o alinhamento ideológico a Bolsonaro, o apego a benesses e a insistência em interferir numa harmonia mínima entre os poderes”. Já a coluna do jornalista Luiz Carlos Azedo para o *Correio Braziliense*, embora tenha ressaltado que o governo Bolsonaro marcou o retorno dos militares ao poder, acompanhado do “fantasma do golpe de Estado”, pontuou que os protestos que pedem por intervenção militar e atacam o Judiciário “[...] não têm a adesão das Forças Armadas como instituição”. Em entrevista à *Folha*, o professor de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Jorge Chaloub, avaliou que os protestos antidemocráticos em frente a prédios militares constituem parte das consequências da naturalização da violência política no Brasil. Chaloub também ponderou que em certa medida o poder Judiciário contribuiu para tal situação, uma vez que incluiu os militares no processo de fiscalização das urnas eletrônicas ao convidar as Forças Armadas para compor a comissão de transparência eleitoral. Em sua avaliação, trata-se de “[...] desvio de finalidade dos militares, não deveria ser tolerado”. (*Correio Braziliense – Política – 27/11/22; Correio Braziliense – Política – 02/12/22; Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 27/11/22; Folha de S. Paulo – Política – 27/11/22; Folha de S. Paulo – Opinião – 02/12/22*)

2- Entrevistado aponta dois desafios do novo governo na área de Defesa e Forças Armadas

Em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, Arthur Trindade, ex-Secretário de Segurança do Distrito Federal, diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília e conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública elucidou, entre outros assuntos, duas questões que envolvem a Defesa nacional e as Forças Armadas. A primeira diz respeito à revisão da política de armamento pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Trindade, tal revisão requer a revogação de diversos decretos e portarias editados no governo de Jair Bolsonaro, os quais colidem com o Estatuto do Desarmamento. Conexo à temática está a falta de integração entre os sistemas de controle de armas e munições, um a cargo da Polícia Federal e outro sob responsabilidade do Exército, os quais precisam ser aperfeiçoados, na visão de Trindade. Além

disso, o especialista indicou a necessidade de um recenseamento dos Caçadores, Atiradores e Colecionadores de armas (CAC), uma vez que o “[...] afrouxamento das regras de controle por parte do Exército” permitiu um crescimento significativo do número de indivíduos com porte e posse de armas. Em relação ao outro ponto mencionado na entrevista, a transição no Ministério da Defesa, Trindade avaliou que a troca dos comandos das três forças dispensa a formação de uma comissão, uma vez que depende do critério de antiguidade. Porém, a indicação do titular para a pasta da Defesa foi considerada mais complexa, pois implica na incumbência de despolitizar as Forças Armadas e “descontaminar o ambiente anti-Lula”. (Correio Braziliense – Cidades – 27/11/22)

3- Jornalista traçou paralelo entre o apoio ao golpe militar de 1964 e os protestos após as eleições de 2022

Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, o jornalista André Gustavo Stumpf discorreu sobre a ascensão dos militares ao poder em 1964 e o contexto político da época, afirmando que os mesmos indivíduos que participaram da “Marcha com Deus, Pátria e Família pela Liberdade”, passados alguns anos, com a adoção da tortura, censura e desrespeito aos direitos políticos dos cidadãos, voltaram às ruas do país para “gritar slogans em favor da liberdade, do fim do estado policial e da censura no teatro, na televisão, na música e nos jornais”. Para o jornalista, os arrependidos perceberam a extensão do erro e passaram a exigir o retorno dos militares aos quartéis. Outro aspecto da ditadura mencionado por Stumpf diz respeito à ausência de controle dos generais sobre o Exército, especialmente sobre o pessoal de informações e repressão, que tinha efetiva influência no poder. O texto abordou os protestos em frente aos quartéis após a derrota de Jair Bolsonaro (PL), que fizeram com que os generais “ficassem envaidecidos por serem lembrados como pais da Pátria”. O jornalista concluiu afirmando que “os brasileiros conhecem os passos dessa estrada. A história torna evidente o tamanho do equívoco. Esse pessoal na porta dos quartéis é massa de manobra, exatamente como foram os que desfilaram em 1964. Quem não se lembra de seus erros está condenado a repeti-los”. (Correio Braziliense - Opinião - 28/11/22)

4- Exército prevê contrato de R\$ 5 bilhões para compra de veículos blindados

Reportagem do periódico *O Estado de S. Paulo* noticiou que, após realizar uma concorrência global, o Exército pretende comprar 98 viaturas do Centauro II, de origem italiana. Trata-se de veículos blindados de combate, denominados de “caça-tanques”, fabricados pelo consórcio italiano Iveco-Oto Melara (CIO), formado pelas empresas Iveco Veículos de Defesa e Leonardo. Segundo o periódico, o novo modelo substituirá os antigos blindados de reconhecimento Cascavel e equipará unidades do Exército de infantaria de ação rápida e de cavalaria mecanizada. O contrato de cerca de 900 milhões de euros (R\$ 5 bilhões) estava previsto para ser assinado em 05/12/2022. (O Estado de S. Paulo - Política - 28/11/22)

5- Transição na área de Defesa continua a desafiar novo governo

Em editorial, o periódico *Folha de S. Paulo* argumentou pela nomeação de um ministro civil para a pasta da Defesa, considerando tal medida essencial para a normalização das relações com os militares. O jornal lembrou que a criação do Ministério da Defesa ocorreu tardiamente no Brasil, em 1999, e teve como objetivo a implementação de um modelo de controle civil sobre as Forças Armadas. A partir de então, os ministros que passaram pela pasta eram civis, entre políticos e diplomatas, sendo o governo de Michel Temer (2016-2018) o ponto de inflexão. Com Jair Bolsonaro (2019-2022), apenas generais da reserva foram indicados para a Defesa, momento em que também ocorreu considerável politização das Forças Armadas. Assim, a *Folha* avaliou que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, possui o desafio de “correção de rota”, retomando o modelo de subordinação militar. Porém, o jornal pontuou dificuldades na transição, entre elas a identificação de “interlocutores com a área militar”, dado o “ambiente envenenado por ressentimentos injustificáveis”. Adicionalmente, sugeriu limitar a nomeação de militares da ativa para cargos da administração pública, algo que se tornou prática comum no mandato de Bolsonaro. Sobre o mesmo assunto, o jornal *Correio Braziliense* publicou uma reduzida nota segundo a qual o senador Renan Calheiros, do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), apresentou no Senado uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que, entre outros pontos, “proíbe a nomeação de militares da ativa ou da reserva no cargo de ministro da Defesa”. Em reportagens, o *Correio*, a *Folha* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que Lula abriu mão de nomear um grupo de trabalho para a transição na Defesa, considerada uma área sensível, decidindo anunciar diretamente o novo ministro e os comandantes da Aeronáutica, do Exército e da Marinha. Entretanto, os jornais informaram, em 29/11/2022, que a equipe de Lula anunciou José Múcio Monteiro, ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), para comandar a transição na Defesa e possivelmente assumir o Ministério. Segundo o *Correio*, o Alto Comando das Forças recebeu bem a possível escolha de Múcio para a chefia do Ministério e o consideraram “sensato” e “muito bem relacionado”. A *Folha* publicou que Múcio é apontado por aliados do petista como “uma solução para pacificar as Forças Armadas pela alta capacidade de articulação”, além de ser amigo pessoal de Lula. O jornal pontuou que o ex-ministro do TCU chegou a conversar com ex-comandantes militares, entre eles Juniti Saito (Aeronáutica), e teve uma reunião com Lula no dia 28/11/2022. O *Estado* e a *Folha* noticiaram que uma primeira possível crise na área estava se desenhando, a partir de uma decisão – combinada com Bolsonaro – dos comandantes das três Forças deixarem seus cargos na primeira semana de dezembro, o que segundo a *Folha* equivaleria a uma “declaração de insubordinação”. Frente a isso, a equipe do novo governo prepararia para breve o anúncio do titular para o Ministério da Defesa, que então anteciparia a indicação dos novos comandantes de cada Força. (*Correio Braziliense* – Política – 29/11/22; *Correio Braziliense* - Política - 30/11/22; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 29/11/22; *Folha de S. Paulo* – Política – 29/11/22; *Folha de S. Paulo* – Política – 30/11/22; *O Estado de S. Paulo* – Política – 29/11/22).

6- Defensoria Pública da União recomenda que novo governo revise política de militarização de escolas

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a Defensoria Pública da União encaminhou à equipe de transição do novo governo um documento com orientações sobre a revogação de atos normativos editados durante a presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022). Entre os pontos, está a proposta de revisão da política de escolas militares, visto que “a natureza das Forças Armadas é distinta da necessária em uma dinâmica educacional”. Também se recomenda um exame dos decretos de armas e da política ambiental que autorizou atividades de mineração em terras indígenas e áreas da Amazônia. (Folha de S. Paulo – Política – 02/12/22)

7- Movimento suprapartidário pediu simplificação do processo de requisição de dispensa do alistamento militar obrigatório

Reportagem da *Folha de S. Paulo* noticiou que o movimento suprapartidário Livres enviou ofício ao ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, pedindo a simplificação do processo de requisição de dispensa do alistamento militar obrigatório. Segundo o ofício, "a forma como o pedido de dispensa é feito hoje gera desperdício de tempo para todas as partes envolvidas, uma vez que o jovem desinteressado no serviço precisa passar por um longo processo de pedido de dispensa, e o Exército se vê obrigado a empregar tempo e recursos que poderiam estar sendo melhor empregados em outros serviços". O Livres sugere a criação de um formulário online para que a dispensa seja pedida de forma mais rápida. A nota é assinada por 26 membros do grupo que são detentores de mandatos políticos, entre deputados federais, estaduais, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. (Folha de S. Paulo - Política - 30/11/22)

8- Alto Comando do Exército poderá punir militares da ativa por assinarem texto anônimo em apoio a atos antidemocráticos

Reportagem da *Folha de S. Paulo* informou que a mobilização de alguns militares da ativa na coleta de assinaturas de uma carta apócrifa com recados contra o Poder Judiciário e a favor dos atos antidemocráticos em quartéis causou desconforto ao Alto Comando do Exército, o qual discute possíveis reações contra signatários do documento. Segundo a *Folha*, a maioria do generalato avaliou que o documento apócrifo, com a maioria das assinaturas de oficiais da reserva, não representa de forma fidedigna o pensamento majoritário da tropa. Comandantes falam ainda em possível abertura de processos administrativos por transgressão disciplinar contra militares da ativa que assinarem o texto. Segundo o jornal, o documento que passou a circular em grupos de WhatsApp é intitulado "carta dos oficiais da ativa ao Comando do Exército" e tem recebido assinaturas virtuais, inclusive de civis, e não é possível saber quantos militares da ativa de fato o endossaram. Na carta, o autor anônimo faz provocação ao Judiciário e ao Alto Comando do Exército. O texto também endossa as manifestações antidemocráticas que vem ocorrendo por todo o país e afirma ser natural e “justificável que o povo brasileiro esteja se sentindo indefeso, intimidado, de mãos atadas e busque nas FFAA [Forças Armadas], os ‘reais guardiões’ de nossa Constituição, o amparo para suas preocupações e solução para suas angústias”, pedindo para que os comandantes apoiem ações para o “imediato restabelecimento da lei e da ordem, preservando qualquer cidadão

brasileiro a liberdade individual de expressar ideias e opiniões". (Folha de S. Paulo - Política - 30/11/22)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Ismara Izepe de Souza

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Alice Tomazzetti da Silveira

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)

Giovani Nunes de Aguiar

Grazielly Dourado Santos

Marcela Furlan de Cena

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima